

POLÍTICA IMPERIALISTA NOS TRÓPICOS : OS ACORDOS ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

RAMON CASAS VILARINO

Em 1958, Brasil e Bolívia assinaram os Acordos de Roboré. Assinados na cidade de mesmo nome, no país vizinho, esses documentos retomavam dois Tratados assinados em 1938 entre os países, referentes à ligação ferroviária e à saída e aproveitamento de petróleo boliviano. Este último item, em 1958, foi alvo de uma intensa polêmica, devido à atualização das condições para a exploração do petróleo boliviano.

Em 1938, Brasil e Bolívia assinaram os tratados quando o vizinho país saía de um conflito com o Paraguai, a Guerra do Chaco (1932-1935), que causara perda territorial e a sensação que, sem uma aliança com um país mais forte, a soberania boliviana e o restante do seu território não se sustentariam. Foi assim que os jovens oficiais que assumiram o governo após aquele conflito encaminharam a sua política externa, aproximando o país do vizinho poderoso, que poderia interferir em caso de nova agressão.

A Bolívia, desde o século XIX, havia sido alvo da cobiça dos vizinhos e dos trustes estrangeiros. Em 1879-1880, num conflito conhecido como a Guerra do Pacífico, parte de seu território, incluindo todo o seu litoral, foi perdido para o Chile, num contexto em que o salitre era explorado e as empresas estrangeiras não admitiram a cobrança de um imposto sobre o produto, preferindo arrancar o território boliviano e colocá-lo a salvo em mãos de um governo mais complacente. Um pouco antes, em 1867, seu governo assinou com o Brasil o primeiro Tratado de Limites e Navegação, onde, na prática, abria mão de parte de seu território, o que não impediria que, em 1903, num novo Tratado, o de Petrópolis, o Acre fosse também anexado por uma pequena soma pecuniária.

Assim, foi a esse vizinho, também ambicioso, que os bolivianos buscaram apoio no período pós-Guerra do Chaco. Porém, em 1938 a realidade dos dois países era diferente daquela de 1958, quando esses tratados foram atualizados por meio de Notas

Reversais. Em princípio, no tratado de 1938, não havia sequer área estipulada para a exploração do petróleo boliviano, o que poderia dar margem à exploração em todo o seu território, salvo aqueles em que a Standard Oil Co. já estava instalada. Somente em 1952, por meio de uma Nota Reversal, estipula-se uma área de 32 mil quilômetros para exploração brasileira. Há, no entanto, outras peculiaridades. Em 1938, o Tratado estipulava que a exploração seria feita através de empresas mistas brasileiro-bolivianas. Em 1958, porém, a Petrobrás detinha o monopólio da exploração e refino do petróleo no Brasil, o que vai propiciar um debate em torno da extensão ou não desse monopólio para o território boliviano. Por fim, em 1952 a Bolívia passou por um processo revolucionário que, entre outras medidas, trouxe à tona a questão da nacionalização das minas, o que deixaria o debate em torno da presença ou não da Petrobrás e outras empresas estrangeiras naquele território em evidência.

No texto da Nota Reversal de Roboré, referente à exploração do petróleo, a área antes concedida ao Brasil foi dividida em duas, uma, com 60% do terreno, para exploração da YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), empresa estatal boliviana, e a outra, com 40%, para as empresas brasileiras, que deveriam, no entanto, ser de capital privado, o que, por si só, abriu um amplo debate no Brasil.

Por aqui, quando esses acordos foram assinados, imediatamente a questão da Petrobrás tomou a frente: por que a Petrobrás não poderia explorar o petróleo boliviano, em área reservada ao Brasil, se no Brasil o monopólio era uma realidade? Por outro lado, empresários e burocratas ligados ao capital estrangeiro, perguntavam por que esse capital que defendiam não podia participar das explorações, mesmo que associado ao capital nacional. Por fim, outro setor da sociedade e do parlamento, defendia a determinação da Nota Reversal, ou seja, exploração com capital privado sim, mas capital nacional.

Vemos que, em torno dessa questão, abria-se a discussão entre correntes do nacionalismo brasileiro e, destes, com os cosmopolitas, o que, no final das contas, era uma discussão acerca dos rumos políticos do próprio país, num momento em que o governo

Juscelino Kubitschek tentava desenvolver aceleradamente o país utilizando a ambos: recorrendo a nacionalistas, como o Marechal Lott, principal nome de seu ministério e sustentáculo do governo antes mesmo de sua posse, mas sem abrir mão do capital estrangeiro, necessário para a industrialização de setores da economia que careciam de investimento nacional, como a indústria automobilística, ícone de seu governo.

Para conciliar lados aparentemente tão opostos, o governo não mexia na Petrobrás, que, segundo Lott, era intocável, mas, em 1958, tinha à frente do Ministério da Fazenda Lucas Lopes, e, na presidência do BNDE, Roberto Campos, dupla emblemática que, sob a capa ideológica da tecnicidade, defendiam abertamente o capital estrangeiro, a aproximação do país com Washington e o respeito aos ditames do FMI.

Na imprensa, os acordos são noticiados, num primeiro momento, nas páginas de economia, num tom aparentemente frio. Conforme setores nacionalistas da sociedade se manifestam contra o texto de Roboré, o assunto migra daquelas para as páginas de política, com direito a editoriais. Em São Paulo, por exemplo, O Estado de S. Paulo firma posição pela presença de empresas privadas brasileiras com capital norte-americano, e, para isso, toma como referência o governo de Arturo Frondizi, que abria o território argentino para exploração do petróleo por parte de empresas norte-americanas e européias. Opositor declarado de Juscelino, admirador da dupla Lopes-Campos, o jornal incita o presidente a visitar Buenos Aires para aprender como lidar com a matéria. Do lado oposto, o Semanário, jornal nacionalista, denunciava o acordo afirmando que o Brasil, se não podia ferir o seu texto e levar a Petrobrás ao território boliviano, que fizesse valer o texto do Tratado de 1938, quando, até por inexistência desse monopólio, esse impedimento não existia. O jornal chega mesmo a dizer que Roboré representava uma traição à pátria, pois atentava contra nossa soberania, e, ao preterir a Petrobrás e favorecer o capital privado, estava na realidade satisfazendo os interesses imperialistas de poderosos trustes estrangeiros.

Na Bolívia, as discussões que ocorriam no Brasil eram acompanhadas de perto. A embaixada boliviana no Rio de Janeiro e a imprensa boliviana estavam atentas às

reações, a primeira enviando matérias e informes ao governo, sempre avaliando se os acordos seriam ou não cumpridos pelo Brasil; a segunda preocupada com uma possível política imperialista do Brasil e a efetiva consecução dos acordos, a fim de que a Bolívia pudesse alcançar algum desenvolvimento, como o vizinho, que vivia uma era de crescimento em todos os setores industriais.

Mas, não muito longe daqui, as negociações em torno de Roboré eram especialmente acompanhadas. Os consórcios dos EUA pressionaram o governo boliviano para revisar o Tratado de 1938 com o Brasil, principalmente a parte referente à exploração de petróleo, a fim de que outras empresas estrangeiras (leia-se, norte-americanas, dos mesmos consórcios) pudessem também explorar a área.

As pressões não eram novas. E o time de aliados também não. No Brasil, antes mesmo de JK, no breve governo de Café Filho, o Ministro da Fazenda, Eugenio Gudín, e o Ministro das Relações Exteriores, Raúl Fernández, se opunham à exploração preconizada no Tratado de 1938, e negaram dinheiro para perfurar poços na Bolívia, pois tinham estreitas ligações com grupos financeiros internacionais que não viam com bons olhos as intenções nacionalistas do mesmo tratado e dos dois países.¹

Quando o Presidente Siles Zuazo² visitou o Brasil em 27/06/1956, a imprensa brasileira divulgou que ele se encontrara com Mr. Adolfo Berle, ex-embaixador dos EUA no Brasil e um dos grandes advogados dos trustes de Nova Iorque. Este último aqui estava para “vigiar e orientar os passos” do presidente boliviano nas negociações.³

A pressão norte-americana sobre Brasil, Bolívia e a favor dos seus trustes, não parou por aí. Um empréstimo de doze milhões de dólares em 1957 à Bolívia, para desenvolver a indústria petrolífera (quer dizer, dar fôlego à Y. P. F. B.) ficou condicionado à concessão de toda a área petrolífera que a chancelaria boliviana conseguisse retomar com os novos acordos

¹ MIRABAL, Tristán Calvo. *Transnacionales Petroleras em Bolívia*. La Paz: La Amistad, 1996, p. 67.

² Vice-Presidente de 1952 a 1956, foi eleito Presidente num segundo mandato do período “revolucionário”, cujo período de governo coincidiu com o do Presidente Juscelino Kubitschek.

³ MIRABAL, op. cit. p. 68.

(Roboré) do Brasil (área que estava prevista no Tratado de 1938 e delimitada com a nota reversal de 1952):

“(...) realmente, había una influencia interesada del inversionismo petrolero norteamericano en la modificación del Tratado de 1938 para gestionar concesiones en el área reservada.”⁴

Enquanto o governo e os trustes norte-americanos comemoravam o êxito na modificação dos Tratados de 1938, no Brasil, a Frente Parlamentar Nacionalista conseguiu levar a público a necessidade dos acordos serem aprovados pelo Congresso Nacional, uma vez que alterava substancialmente o texto de 1938. Na Bolívia, Governo, Congresso e imprensa bolivianos entendiam que as Notas Reversais que compunham os Acordos de Roboré, nada mais eram do que atualizações do Tratado de 1938. Como este fora aprovado por ambos Congressos, não havia por quê submetê-los novamente à apreciação dos parlamentares, pois não constituíam um novo tratado. Claro estava que, no Congresso boliviano, se fosse o caso, os acordos teriam aprovação quase unânime, porém, o receio era com os setores nacionalistas brasileiros, ou, como eles próprios denominavam, os ultranacionalistas, ou, até, imperialistas brasileiros, sobretudo o setor militar, com o Marechal Lott em destaque. O Deputado Céspedes Patzi, por exemplo, numa declaração em La Paz, pede providências urgentes ao executivo, pois

“Señores Diputados, estamos otra vez frente a una riesgosa situación internacional; un vecino poderoso confiado quizá en su propia fuerza pretende desconocer al derecho, pero el pueblo boliviano debe asumir como siempre una defensa heróica de sus atributos. (...) Los bolivianos puestos de pié debemos denunciar entre tanto la actitud del Parlamento brasileño y exigir el pronunciamiento de los órganos internacionales de justicia.”⁵

O vizinho poderoso, que outrora representava um freio às pretensões imperialistas da Argentina e à cobiça paraguaia, agora transformara-se, ele próprio, na ameaça que deveria ser contida. O Brasil transitou, em muito pouco tempo, de potencial escudo contra a

⁴ MIRABAL, op. cit., p. 69.

⁵ Anais da Câmara dos Deputados. La Paz, 28 de outubro de 1960, página 536.

política imperialista na região, em carro-chefe de uma política imperialista que colocava em risco o antigo protegido.

Preocupado com o imperialismo nestas paragens, o Senador Donoso López apresentou um projeto de lei para substituir o Código do Petróleo, instituído em 1955, e, baseado nele, feitos os acordos com o Brasil. Esse projeto não vingou, porém, levantou ainda mais a discussão sobre a exploração do petróleo boliviano pelo Brasil.

Na historiografia, os autores abordaram essa questão, dividindo-se, porém, com relação à política imperialista. Raúl Gosálvez, por exemplo, crítico do Marechal Lott, a quem chama de “geopolítico nazi”, diz que Roboré serviu às pretensões políticas de Lott, que queria ser presidente do Brasil, cujo projeto seria trazer de volta os militares ao governo, a fim de desenvolver uma geopolítica imperialista que desviasse os olhos da população dos graves problemas sócio-econômicos que afligiam o país, como por exemplo a existência de um “feudalismo agrário”.⁶

Para o autor, o imperialismo brasileiro tinha como ponta de lança os militares, liderados pelo Marechal Lott. Claro que ele desconhecia as divisões mesmo no exército, que dirá, nas forças armadas. Mesmo entre os nacionalistas, havia tons diferenciados para cada grupo. Gosálvez realça a necessidade de alertar todo o continente americano desse plano de expansão brasileiro, que tinha no oriente boliviano um local estratégico para suas pretensões, pois as jazidas de petróleo permitiriam sustentar e impulsionar o crescimento industrial e demográfico do país, com vistas a “implantar en el futuro la hegemonía brasileña sobre los pueblos de América meridional.” (p. 175) E, sobre a Petrobrás, pedra de toque nas divergências para a efetiva exploração do petróleo boliviano, afirma que

“(…) Los militares brasileños y todos los que les sirven de mandaderos, no estarán, acaso, abonando el terreno para alguna aventura que pueda llamarse

⁶ GOSÁLVEZ, Raúl Botelho. Proceso del Imperialismo del Brasil – De Tordesillas a Roboré. La Paz: sem editora, 1960, pp. 167 e 168.

después uti possidetis de facto? La imposibilidad de meter en Bolívia el ‘caballo de Troya’ de Petrobrás explica su enorme irritación.” (1960: 175)

Para combater a fome de territórios do Brasil, o autor propõe uma união entre os povos fronteiriços para, não só impedir o avanço brasileiro, mas para retomar todo território usurpado pelo imperialismo que, para nós, é uma herança lusitana. Até mesmo a nova capital, meta síntese de Juscelino no seu Programa de Metas, é tida como um ultraje à soberania dos países vizinhos, uma vez que, com ela, ultrapassamos a linha de Tordesilhas e nos colocamos estrategicamente na mesma distância do Atlântico e dos limites com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Se uma terceira guerra ocorresse, e não tivesse o uso de armamento atômico, diz o autor, o Brasil poderia se valer para impor de vez, à força, sua hegemonia na América do Sul. Na ausência desse conflito mundial, o Brasil estaria se valendo dos EUA, como Portugal se valeu da Inglaterra, para impor sua política imperialista nessa região.⁷

Chiavenato, nesta questão, aponta que, de 1870 a 1935, a Bolívia teria perdido 56,5% de seu território. Na primeira data, o país possuía 2.243.000 Km². Perdeu 120.000 km² para o Chile, incluindo todo o seu litoral, em 1879. Para o Brasil, foram 490.437 Km², em territórios do Acre e faixas no Mato Grosso. Para a Argentina, 170.000 Km² no Chaco Central e na cordilheira do Atacama, e, com a Guerra do Chaco, 250.000 Km² para o Paraguai, totalizando a perda de 1.265.437 Km².⁸ (1981: 183) Aqui, porém, o autor não restringe a política imperialista ao Brasil, mas a países vizinhos que teriam sido usados nas pretensões imperialistas de grandes empresas monopolistas da Inglaterra e dos EUA. Concorda, porém, com a idéia de um sub-imperialismo brasileiro submetido ao imperialismo norte-americano, na medida em que os EUA delegariam determinadas funções a países aliados na execução de sua política externa, enquanto se preocupa com questões maiores na geopolítica mundial.

⁷ Idem, ibidem p. 175-179.

⁸ CHIAVENATO, Júlio José. Bolívia – com a pólvora na boca. São Paulo; Brasiliense, 1981, p. 163.

Se, de um lado, havia os que, na imprensa, no Congresso e entre intelectuais atacavam o Brasil por sua “política imperialista”, havia, de outro, entre os mesmos intelectuais, a idéia de que o grande aliado do imperialismo estava dentro mesmo das fronteiras bolivianas, e respondia pelo governo do país. Guillermo Lora⁹, por exemplo, questionava o caráter revolucionário do governo instalado em 1952, através do MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionário). Para o autor, o Brasil seria mais uma vítima do imperialismo norte-americano, pois, no afã de explorar as áreas reservadas para o país pelo Tratado de 1938, os trustes agiram na redação do Código do Petróleo¹⁰ a fim de, também, separar Brasil e Bolívia, e, com a recuperação de 60% da área que antes estivera destinada ao Brasil, empresas dos EUA pudessem ali estabelecer-se com toda a proteção da nova lei do petróleo.

Outro autor que refletiu nesse sentido foi Sergio Almaraz¹¹. Afirmando que a tomada do petróleo boliviano foi o principal objetivo da política dos EUA desde a Revolução Boliviana de 1952, diz que houve êxito nessa tentativa entre 1952-1956, graças ao aniquilamento da economia nacional e o convencimento da opinião pública de que os investimentos estrangeiros seriam a solução para os problemas bolivianos (p. 239). Com isso, houve um sistemática propaganda a fim de acabar com a política nacional do petróleo, optando-se pela empresa estrangeira em detrimento da Y.P.F.B., já que, para ele, não é possível a coexistência de monopólios petrolíferos com empresas estatais.¹²

⁹ LORA, Guillermo. “La Reforma Agraria. El Petróleo. La Industrialización.” In La Revolución Boliviana (Análisis Crítico). La Paz: Difusión, 1963, páginas 167 a 203.

¹⁰ É consenso na historiografia que o Código de Petróleo, de 1955, foi redigido em Nova Iorque por advogados de companhias petrolíferas dos EUA.

¹¹ ALMARAZ, Sergio. Petróleo em Bolívia. La Paz: Juventud, 1957.

¹² Idem, *ibidem*, p. 269.